

Rejeição de MP ameaça liberação de recursos do FMI

Primeira parcela está assegurada, mas para receber as demais Governo terá de achar alternativa para compensar perdas

Maria Luiza Abbott, Sérgio Fadul,
Eliane Oliveira e Chris Delboni

• BRASÍLIA e WASHINGTON. A derrubada no Congresso da medida provisória que aumentava a contribuição da Previdência de servidores federais ativos e inativos poderá inviabilizar futuros desembolsos do FMI, informou ontem uma fonte da instituição. A primeira parcela de US\$ 5,3 bilhões do empréstimo para o Brasil já está assegurada desde a aprovação do acordo, na quarta-feira. As demais, no entanto, dependem de o Governo encontrar alternativas que compensem a perda de receita de R\$ 2,6 bilhões com a derrota sofrida no Congresso.

Economista do Bird critica a decisão do Congresso brasileiro

Nos EUA, a derrota também teve repercussão negativa.

— Será que o Legislativo brasileiro precisa de uma crise mais profunda para agir? — perguntou ontem Bill Cline, economista-chefe do IFC, o braço financeiro do Banco Mundial (Bird), instituição que também participa do pacote internacional de ajuda ao Brasil.

Cline confirmou que o FMI pode adiar a liberação da segunda parcela do empréstimo até a aprovação completa do ajuste.

— O que acho que pode acontecer é que o desembolso de fevereiro, que poderia ser adiantado para o dia 15 de dezembro, pode não ser liberado até que o Congresso brasileiro aprove todas as medidas principais do pacote fiscal — afirmou.

O economista-chefe do IFC lembrou que a derrota do Governo repercutiu mal no mercado.

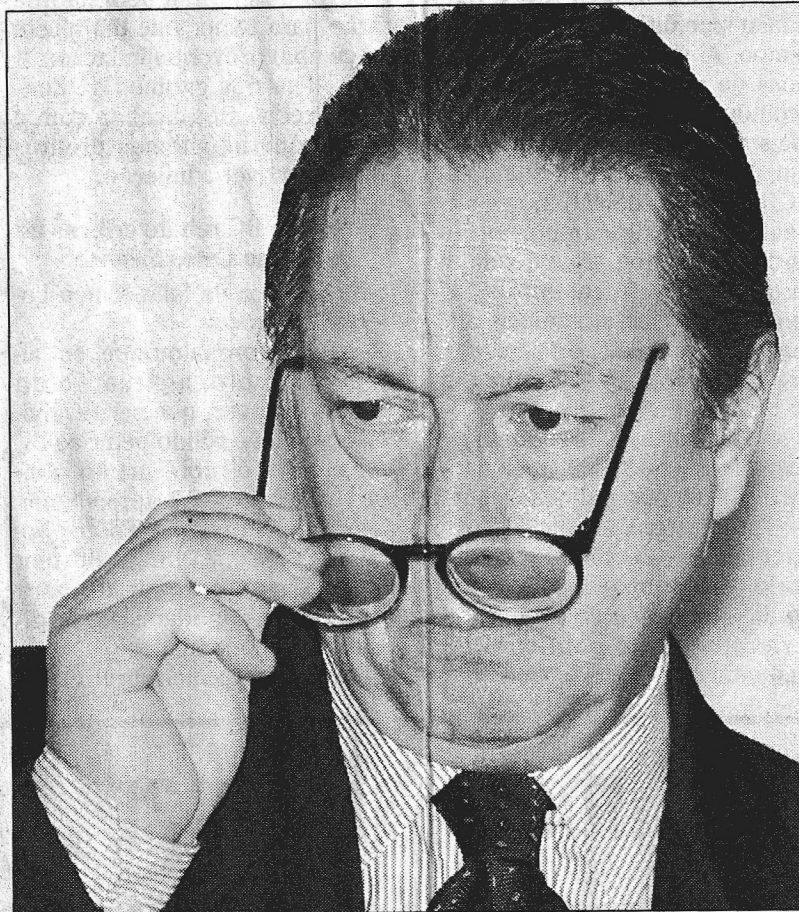
— A mensagem é negativa. Os mercados vão observar a situação com muito cuidado para ver se isso é um sinal de uma séria derrota do pacote fiscal ou um jogo político inicial que o Governo vai superar com sucesso — disse Cline, acrescentando que, se ele fosse o presidente, pegaria a lista de todos que votaram contra e reduziria o orçamento dos seus estados. — Ao menos, isso é o que faria o presidente americano.

A derrota no Congresso deixou a equipe econômica constrangida. A avaliação de um integrante do Ministério da Fazenda é que a decisão do Congresso “pegou muito mal”.

— Só não foi pior porque o acordo externo foi aprovado antes que se soubesse da derrota do Governo. O mercado respondeu ao que o Congresso fez. Os parlamentares acham que o FMI vai dar dinheiro de graça? Foi uma irresponsabilidade rejeitar a proposta do Governo — disse uma fonte da equipe econômica.

Malan explicará acordo a senadores na quarta-feira

O Governo acabou desistindo de divulgar ontem as metas acertadas com o FMI. A decisão foi tomada em um almoço do presidente Fernando Henrique Cardoso com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do BC, Gustavo Franco, o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e lí-



O MINISTRO MALAN, que na segunda-feira entrega ao Congresso os termos do acordo

deres da base governista. No encontro foi acertada a estratégia para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprove o acordo com o Banco Internacional de Compensações (BIS, o banco central dos bancos centrais).

Apesar de só o acordo com o BIS depender de aprovação do Senado, o Governo decidiu remeter junto o acordo com o FMI. As metas só serão anunciadas no

Congresso, para que os senadores sejam os primeiros a conhecê-las.

Os US\$ 5,3 bilhões da primeira parcela do empréstimo do FMI já estão disponíveis, mas mesmo assim, em deferência ao Congresso, o Governo só deverá sacar efetivamente os recursos a partir de segunda-feira, quando enviará à CAE os memorandos com as metas de política econômica. O ministro Malan deverá compare-

cer à CAE na quarta-feira, às 10h, para explicar aos senadores os termos do acordo com o Fundo.

O Brasil está decidido a cumprir as metas. Por isso, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, explicou que mesmo que o aumento da contribuição de servidores seja reapresentada e aprovada na próxima legislatura, será preciso fazer cortes adicionais no Orçamento de 1999.

Segundo Tavares, o atraso na aprovação do ajuste provocará perdas de receitas e, por isso, a nova redução de despesas será inevitável para cumprir a meta de déficit nominal (que inclui todas as receitas e despesas da União) de 4,7% do PIB em 99 prometida ao FMI. ■

• BC VAI DOBRAR A FAIXA DA BANDA CAMBIAL EM 1999, na página 28

Gustavo Miranda/1-12-98